

Opiniones y ensayos

Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual

Maria Rita Oliveira Nunes*
Kaline Mendonça dos Santos**
Francisco Fransualdo de Azevedo***

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

Resumo: As mudanças no modo de produção no século XX levaram o homem a modificar o seu modo de vida. Diante disso, o capital encontra mais uma forma de exploração econômica, o turismo. Analisa-se o turismo relacionando-o ao capital social, baseado em Putnam (2000) e paralelamente pesquisas bibliográficas de autores que analisam o tema. Tal objeto de pesquisa é incipiente, mostra amplo campo de investigação, valorizando o capital social como estratégico para o desenvolvimento local. Foram analisadas comunidades do litoral cearense, notadamente a prainha do Canto Verde no município de Beberibe – CE. Com esta análise é possível vislumbrar a possibilidade de um turismo alternativo, que contraponha a exploração perversa e predatória tão comum em diversos destinos turísticos, especialmente no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Turismo, Capital Social, Desenvolvimento, Comunidade, Nordeste.

Tourism and social capital: a theoretical and conceptual approach

Abstract: The changes in the mode of production in the twentieth century led man to change their way of life. Thus, the capital found another form of economic exploitation, tourism. This paper analyzes the tourism relating to the social capital, based on Putnam (2000) and parallel literature searches of authors who analyze the issue. Such an object of research is in its begin, shows wide field of research, valuing the social capital as a strategic for the social development. We analyzed communities of Ceará, mainly the Prainha do Canto Verde Beberibe - CE. It is possible to envisage the possibility of an alternative tourism, which opposes the predatory exploitation commonly practiced in many tourist destinations, particularly in the Brazil Northeast.

Key Words: Tourism, Social Capital, Development, Community, Northeast.

1. Introdução

A partir do final do século XX, com um processo intenso de desindustrialização, especialmente nas economias urbanas dos países desenvolvidos,

observa-se uma significativa expansão de setores da economia pouco explorados no cenário mundial. Harvey (1992 :140), denomina esse momento como um período de transição do regime fordista para a acumulação flexível, o qual “envolve rápidas mudan-

* Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba(2010). E-mail: mariaritatour@hotmail.com

** Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e Bacharel em Turismo pela Faculdade Católica Santa Teresinha (2008).

*** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Bacharel em Ciências Econômicas e Licenciado em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ffazevedo@gmail.com

ças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um vasto movimento de empregos 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas".

A empresa fixa e rígida se desestabiliza e vai, dessa maneira, encontrar na expansão de sua rede, uma nova forma de se realizar a produção. Na busca por novos espaços comerciais, a sociedade se ramifica e encontra em lugares até então não característicos de uma produção de massa, um vasto campo de comercialização. No novo espaço industrial há a separação do processo produtivo em diferentes localidades (Castells, 2000 : 478). A globalização modifica as relações do mercado, os sistema do mundo, todavia, as relações humanas.

Castells (2000), afirma que a sociedade em rede vive em uma cidade global. E a define como um processo e não como um lugar. Processo pelo qual os centros produtivos e de consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global, (...) (Castells, 2000:469).

O mundo se conecta e se modifica, havendo nós de conexão, centros conectores, e locais de fluxos. Tais aspectos na sociedade tanto homogeneizam como ressaltam o diferente, em uma relação dialética e controversa. As mudanças ocasionadas são refletidas na sociedade e na forma como nos relacionamos frente às questões, sociais, econômicas, ecológicas e tantas outras pautas que envolvem nosso mundo.

Dentro dessa lógica global está inserida a atividade turística, que vem como uma das formas mais dinâmicas do setor de serviços. Dessa dinamicidade surgem as problemáticas intrínsecas aos processos de produção da sociedade capitalista atual, o distanciamento do trabalho do trabalhador, o lucro acima de todas as relações de produção, exploração, exclusão, falta de liberdades entre outros aspectos (SEN, 2000).

O turismo se trata de uma atividade complexa e multidimensional, uma atividade (trans) formadora de paisagens e de espaços, e todas as relações sociais que se modificam ou surgem a partir do que a atividade proporciona aos agentes envolvidos, há necessidade de se pensar e estudá-la por diversos ângulos, o que torna a questão rica de múltiplos olhares.

Como dito, a atividade proporciona a geração de novos espaços e as transformações de alguns já existentes. O turismo é compreendido como prática social e também, sobretudo, como atividade econômica, é um produtor de espaços (Cruz, 2009). Entendendo que o espaço, é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetivos e sistemas

de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (Santos *apud* Cruz, 2009).

A atividade turística, como determinante de espaços e cenários, se apropria dos lugares, e explora dela os recursos, naturais, econômicos e sociais. Por ser uma atividade predominantemente excludente, o turismo precisa de agentes responsáveis que lidem com essa problemática de maneira crítica, considerando várias outras dimensões além da econômica e com olhares para a população.

Nota-se a partir do exposto a importância da organização social e fortalecimento de instituições comunitárias. A sociedade como agente atuante nas políticas de turismo é o foco principal que o artigo pretende permeiar sua discussão. Analisar através de pesquisas bibliográficas, sendo esta elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet (GIL, 2007:63), em fontes secundárias e desenvolver uma apreciação teórico-conceitual sobre a relação entre o capital social e o turismo, tema até então recente na literatura dos estudos turísticos e central nesse trabalho.

De acordo com esse contexto, Dencker (2007:35), afirma que a investigação científica do turismo está inserido no campo das ciências sociais aplicadas, e o mesmo segue a dinâmica dessas ciências em relação à evolução da abordagem metodológica. Muitas são as disciplinas que tratam da questão do turismo, o que configura o turismo mais como um campo científico do que como ciência independente, com dinâmica própria.

Corroborando (Piaget, 2007:41, *apud* Dencker), que a interdisciplinaridade é uma interrelação orgânica dos conceitos das diferentes disciplinas até o ponto de constituir uma nova unidade formada com as proposições de cada uma das disciplinas particulares. Isso compreende um processo de integração interna e conceitual que rompe a estrutura de cada disciplina para constituir um conjunto axiomático novo e comum a todas elas, com a finalidade de dar visão unitária de um setor do saber.

A partir das definições do campo teórico do capital social, percebe-se a importância de compreender como um conjunto de conhecimentos científicos configurando uma totalidade, de forma que possamos compreender a interdisciplinaridade entre o capital social e o desenvolvimento da atividade turística.

O termo Capital Social fora inicialmente, cunhado por Pierre Bourdieu em dois artigos breves: *Le capital social: notes provisoires* (1919) e *Les trois états du capital cultural* (1980); e também é objeto de estudo de diversas outras áreas, como a economia, turismo e direito.

A partir das definições do campo teórico do capital social, percebe-se a importância de tal capital para a gestão e desenvolvimento da atividade turística. Inicialmente faremos uma análise conceitual do termo e os diversos usos que este adquire no decorrer do tempo e afunilaremos a discussão no tocante a importância do capital social para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável e socialmente responsável.

Sendo o turismo um setor da atividade econômica, é notória a importância deste para o desenvolvimento de regiões as quais escolhem esse tipo de atividade para exercer sua economia. No entanto, a discussão acerca de como esse desenvolvimento está sendo gerido e como se realiza sua atividade é primordial.

A problemática que esse artigo propõe abordar é a tentativa de se ter uma atividade que seja voltada tanto para o trabalhador como para a comunidade envolvida, na prerrogativa de um desenvolvimento regional equilátero.

2. Capital Social: contextualizando um aporte conceitual

Capital é uma palavra forte e, como conceito, é um dos mais importantes e mais controversos nas ciências sociais. Karl Marx, no século XX, definiu-o como um produto da mais valia (trabalho não pago) produzida pelo trabalhador e apropriada pelos meios de produção. Já para a economia clássica, fica a ideia de que capital é o produto do trabalho utilizado para a produção de outros bens (D'Araujo, 2003).

A ideia de capital remete-nos a mercado, propriedade privada, trabalho assalariado, recursos econômicos, riqueza e miséria. Em ciências humanas, embora várias críticas adjetiva-se os vários tipos de capitais, no sentido de recursos e que não depende apenas de características naturais ou financeiras, mas que o próprio ser humano é um a forma de capital, com suas habilidades e capacidades, o que seria chamado de capital humano (D'Araujo, 2003).

Já o conceito de capital social surge no campo da ciência sociológica. Bourdieu (1998:67 *apud* Nogueira e Catani (orgs)), inicia a discussão afirmando:

«O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-relacionamento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não são somente dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis».

O autor assinala a formação do capital social como a interação entre agentes em comunidades que atuam em conjunto, com relações não apenas de parentesco, mas institucionalizadas, demarcadas pelo tempo e por objetivos comuns. Pessoas com objetivo determinado individualmente, unidos coletivamente, criam e formulam uma forma de interação e crescimento mútuo.

Nesse sentido, Bourdieu, 1998:67 *apud* Nogueira e Catani (orgs) destaca:

«O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital econômico, cultura ou simbólico que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado».

O capital social está vinculado ao capital humano e econômico, cada qual com sua especificidade, porém relacionados. Não é objetivo desse artigo sua diferenciação, porém nota-se a importância do estudo do capital social, no tocante as suas ramificações e influências. De acordo com Higgins, 2005:29 “[...] a construção teórica do capital social é uma espécie de eclipse com dois focos. O foco político e o foco utilitarista e econômico”.

Falar de capital social é transitar na ambígua fronteira entre o econômico e o social, é o novo ponto de encontro entre as ciências sociais e as ciências econômicas (Higgins, 2005:34). Tal assertiva nos faz entender a necessidade do diálogo e do entendimento dialético das relações do capital social, vislumbrando não o suprimento de um para a afirmação do outro, mas da necessidade de um trabalho em conjunto, na perspectiva do alcance coletivo, um bem maior e abrangente.

Para o referenciado autor o foco político da discussão encontra-se em Pierre Bourdieu já precitado, e o foco utilitarista e econômico seria pelo James Coleman, o qual intitula o capital social como elementos da estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que agentes individuais atinjam metas e satisfaça seus interesses (Higgins, 2005:34), interesses estes que envolvem o crescimento econômico de determinado grupo, tal grupo sendo favorecido pelo capital (intelectual, cultural, social) que cada participante obtenha em sua vida.

Coleman (1990) traz para essa discussão a análise estrutural do modo de produção capitalista o qual criou em torno de si, segundo o autor, uma ficção na sociedade moderna compatível com o desenvolvimento da economia clássica e neoclássica, e com muitos dos movimentos intelectuais ocorridos no século dezoito. Tal ficção consiste em um conjunto de indivíduos independentes,

cada qual age para alcançar seus objetivos que independentemente alcança e que o funcionamento do sistema social consiste na combinação perfeita do mercado, melhor ilustrada por Adam Smith por “mão invisível”. (Coleman, 1990:2).

A teoria econômica (neo) clássica incentivou por séculos a ideia que o ser como ator social é um agente único, que deve ser cometido do sucesso individual e que ele, por si só, seria o garantidor do seu sucesso econômico. Tal ficção, de acordo com o autor permeou as filosofias econômicas durante os séculos, dezoito e dezenove.

Existe, no entanto, um grande corpo de trabalhos na economia referente à nova instituição econômica, que tenta mostrar, dentro da teoria neoclássica, ambas as condições de crescimento da economia da instituição econômica particular e seus efeitos sobre essas instituições (que é, da organização social) do funcionamento do sistema (Coleman, 1999: 3). Em uma visão neoliberal, o autor reafirma a condição de ação individual, ou em conjunto para o crescimento econômico, isentando dessa maneira a participação efetiva do Estado, como garantidor do bem estar social. Difere-se um pouco da noção de capital social, empiricizada por Putnam.

O capital social é definido por usar características comuns. Não é uma etnia única, mas uma variedade de diferentes etnias tendo duas características em comum: elas todas consistem em alguns aspectos de estruturas sociais e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro dessa estrutura (Coleman, 1999).

Fukuyama (2000:1) assinala que capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Mostra dessa maneira que as normas que formam o capital social abarcam o processo desde a reciprocidade entre dois ou mais amigos até as doutrinas mais complexas e articuladas como o cristianismo (Higgins,2005).

Diversos autores se debruçaram na explicativa e teorização do tema (Coleman, 1999; Fukuyama, 2000; D’Araujo, 2008; Baquero, 2008; Higgins, 2005), Robert Putnam em seu livro “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”, escrito em 1996, analisa com profundidade a importância do capital social e os fatores favoráveis para essa condição e de desenvolvimento de certas regiões, no caso da Itália o Norte mais desenvolvido que o Sul do país.

Defende que a confiança é um componente básico do capital social (Putnam, 2006:180). E tal substantivo irá permear praticamente toda a análise do objeto de seu estudo. O autor ressalta que sem a confiança e a cooperação dos agentes individuais a sociedade não se torna uma comunidade cívica, com

todos os deveres e direitos que uma comunidade organizada detém ou pode obter.

De acordo com Lorry (1987) *apud* Coleman, 1990, o capital social é um conjunto de recursos que são indiferentes nas relações familiares e na organização social da comunidade. Ambas as relações tem o imperativo de estarem alicerçadas e a promoverem a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação e a própria cooperação gera confiança.

A análise central do Putnam é mostrar que quanto mais organizada, mais envolvida e mais inteirada da sua situação é a sociedade, mais desenvolvida socialmente ela é. Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (Putnam, 2006:177).

O autor assinala que os sistemas de participação cívica é a forma essencial de capital social, quanto mais desenvolvido forem esses sistemas em uma comunidade, maior será a probabilidade de seus cidadãos serem capazes de cooperar em benefício mútuo (Putnam, 2006:181).

Dentro desses padrões de confiança e cooperação, Putnam, 2006, afirma a possibilidade de se medir e se estocar o capital social existente nas sociedades. De tal maneira que ao analisar as cidades na Itália, encontrou a presença de fatores os quais estariam presentes em localidades com o alto índice de organização social em comunidades cívicas.

«Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrio sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo caracterizam a comunidade cívica (Putnam, 2006:187)».

Ele elenca indicadores de solidariedade social para delimitar a existência ou não de uma comunidade cívica na região italiana. Entre eles estão: vibração da vida associativa (clubes de futebol, sociedades, clubes de excursionistas); comparecimento às urnas; existência e leituras de periódicos; sindicatos (índices maiores ou menores); sentimento de impotência (sinalizando baixo grau de confiança e cooperação), (Putnam, 2006).

Tais características foram encontradas em cidades as quais a participação social eram elevadas, a população era iterada de sua realidade, conseqüentemente tais regiões eram mais desenvolvidas. Em outras palavras, parece que as regiões economicamente mais adiantadas têm governos regionais mais eficientes simplesmente

porque nelas há maior participação cívica. As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes (Putnam, 2006:112).

Pensando em sentido oposto a inexistência dessas características na comunidade não cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se (Putnam, 2006:187). Comunidades as quais não são organizadas há desconfiança, não cooperação tende a serem menos desenvolvidas e pouco preocupadas com a sua cidade ou região. Trazendo tal realidade para o cenário brasileiro, reflete-se a situação do individualismo e da falta de cooperação entre as comunidades aqui existentes.

O capital social é imprescindível para o crescimento e organização da sociedade, como agente protagonista de sua história e decisões acerca da utilização de seu local para a exploração turística ou de qualquer outra forma de uso. Todas as formas de crescimento devem primar pelo desenvolvimento em uma perspectiva de ampliação das liberdades (Sen, 2000).

3. O capital social como fator de desenvolvimento associado ao turismo: uma breve contextualização.

De acordo com as reflexões sobre o capital social citados nesse artigo dando ênfase ao turismo como um setor que contribui para o desenvolvimento de uma localidade, esse desenvolvimento deve ser relacionado concomitantemente às ideias condizentes com o conceito de capital social. É importante compreender a complexidade e a abrangência com que o capital social pode ser aplicado, sendo essas ideias ligadas ao planejamento do desenvolvimento regional e principalmente às possibilidades de um desenvolvimento pautado no planejamento participativo, integrado, duradouro, visando ao desenvolvimento sustentável, endógeno e local.

Conforme Sen (2000:28-29) prioriza-se analisar o desenvolvimento na sua ampla acepção terminológica, tendo em vista que “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à rede”. É importante considerar o crescimento econômico, mas é preciso enxergar muito além dele. O desenvolvimento deve estar necessariamente imbricado às melhorias sociais e as liberdades de que desfrutamos, refletindo-se, sobretudo, na qualidade de vida dos indivíduos e no seu bem-estar. Desenvolvimento que Sen (2000) defende como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas.

As bases do desenvolvimento da atividade turística não devem estar focadas apenas no fator econômico, e voltados apenas para uma visão macro e central no processo de desenvolvimento dessa atividade. Conforme Coriolano (2007: 45), o turismo é uma das mais novas formas do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Com isso, os espaços passaram a ser recursos privilegiados do turismo.

Em relação ao espaço, Santos (1979 *apud* Coriolano, 2007) sinaliza que o mesmo reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

Para tanto, podemos compreender que para acontecer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável em determinada região ou localidade é necessário diagnosticar que cada região/local apresenta suas peculiaridades, ou seja, tem sua formação territorial própria, como a autenticidade da cultural local, valores e costumes, aspectos geográficos, aspectos políticos, práticas sociais e econômicas, dentre outros fatores que fazem parte de um cenário que configura a identidade de um espaço.

De acordo com Rodrigues (2000: 58):

«Na contracorrente da globalização (perversa ou não), de repente, o lugar aparece com toda sua força, porque é nos fragmentos que se assenta o global. Global não significa homogêneo, nem uniforme, muito pelo contrário, o global se alimenta das diferenças. Eis aqui um ponto fundamental de reflexão para os estudiosos do turismo, uma vez que o turismo vive das especificidades dos lugares. Quase todos partem em busca do novo, do diferente, do exótico. Há que reforçar o lugar na sua expressão identitária, sem que isso signifique isolamento».

Diante disso, contemplando esse ideal de desenvolvimento M. Max-Neef (1994 *apud* Rodrigues, 2002:59), acredita que o desenvolvimento em escala humana, ou seja, em sentido diverso de crescimento econômico, propõe que as necessidades humanas sejam atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que a realização das necessidades não seja só a meta, mas sim o próprio motor do desenvolvimento. Isto significa que a estratégia do desenvolvimento seja capaz de estimular permanentemente a geração de satisfação sinérgica, desde o princípio do processo de mudança e transformação.

Com isso, foi necessário buscar uma compreensão e ao mesmo tempo uma inter-relação entre os conceitos de capital social e de desenvolvimento, buscando uma aproximação desses conceitos com o fenômeno do turismo, importante atividade responsável por transformações econômicas, sociais e ambientais nas diversas regiões onde ocorre. É nessa perspectiva que encaminhamos o foco desse artigo, enfocando importantes reflexões sobre o capital social e suas contribuições para o desenvolvimento de uma atividade tão dinâmica e complexa que é o turismo.

Azevedo (2008:12) afirma que é de fundamental importância se buscar um modelo de desenvolvimento integrado, conciliando participação política da sociedade, ética, transparência, compromisso social e ambiental, leis de mercado mais justas para com a maioria da população. Relacionando o turismo às práticas de capital social, verifica-se que o capital social pode configurar-se como um elemento relevante na busca de desenvolver uma atividade turística, onde tudo é pensado, decidido, produzido e distribuído coletivamente, pensando na comunidade, em sua participação, cooperação e integração.

O capital social está consequentemente, associado às comunidades cívicas, formando um conjunto de pilares que sustentam normas de confiança e reciprocidade que se fazem necessárias para o sucesso do comportamento cooperativo.

A ideia principal para entender a comunidade cívica é a cidadania, pois a cidadania implica em direitos e deveres iguais para todos. Putnam (2006: 102) observa que tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência.

Putnam (2006: 182) coloca que a regra da reciprocidade generalizada serve para conciliar interesse próprio com solidariedade, pois:

«Num sistema de reciprocidade, todo ato individual geralmente se caracteriza por uma combinação do que se poderia chamar de altruísmo a curto prazo e interesse próprio a longo prazo: eu te ajudo agora na expectativa (possivelmente vaga, incerta e impremeditada) de que me ajudarás futuramente. A reciprocidade é feita de uma série de atos que isoladamente são altruísticos a curto prazo (beneficiam outrem à custa do altruísta), mas que tomados em conjunto normalmente beneficiam todos os participantes».

O autor ainda investigou em seus estudos empíricos os indicadores da comunidade cívica, buscando entender a presença e a aplicação desses indicadores em sociedades e comunidades que apresentam estruturas organizacionais e políticas tão distintas.

4. O turismo com base local e a dinâmica da comunidade: algumas notas

Estudar o turismo nos permite ter uma visão multidisciplinar que nos ajuda a compreender a importância dessa prática social, bem como o dinamismo dessa atividade sócio-econômica-cultural e, consequentemente, também entender o envolvimento de práticas sociais entre vários agentes sociais com interesses tão distintos.

Segundo (Rodrigues, 2000:58):

«propor o desenvolvimento com base local significa contrariar a racionalidade hegemônica vigente e fortalecer o que Milton Santos designa por “contrafinalidades”, que são localmente geradas, ou seja, pensar no “teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”»

Diante deste ideal de desenvolvimento de base local (com sustentabilidade), Aguiar (2007:104) estabelece os seguintes pressupostos:

- Dimensionar as potencialidades internas do território;
- Promover processos de inclusão social a partir do crescimento dos níveis de empregabilidade e de renda;
- Promover, capacitar e treinar os recursos humanos com vistas à mobilização de suas virtualidades e habilidades para realizações empreendedoras;
- Trabalhar para seu próprio desenvolvimento a partir de um esforço endógeno e autônomo de organização social;
- Dimensionar a ociosidade dos recursos humanos e naturais e do capital social básico ou economias externas existentes.

Para tanto há de se criar:

- Um processo de autonomia decisória local e comunitária;
- Uma capacidade local de captação de recursos para investimentos em atividades produtivas e de serviços com consciência e ação ambiental;
- Uma sincronia transdisciplinar e multissetorial no território com vistas à sustentabilidade das ações desenvolvimentistas;
- Um sentimento de pertença ao território de forma individual e principalmente coletiva.

O desenvolvimento com base local está, por conseguinte, associado ao desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo representa a aplicação prática de integração entre a atividade turística, a preservação

ambiental e a melhoria das condições de vida das comunidades locais. No entanto, tal conceito perde todo o sentido se no planejamento da atividade em nível local, a sustentabilidade não se restrinja a mera retórica e discurso vazio de sentido. Cabe, portanto, discutir e propor formas concretas de se promover um turismo ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, tendo como suporte a dinâmica local e o planejamento participativo (Rodrigues, 2000:58).

Conforme Rodrigues (2000:96 a 97):

«A participação local constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários. Na especificação do conceito de participação, entretanto, o desenvolvimento do turismo sustentável deve deixar clara a distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária. Ou seja, a participação local não se confunde com modelos daquele tipo que “informa” a população sobre ações políticas. Ao contrário ela se fundamenta no envolvimento real de todos os atores sociais nos processos de implementação e de gestão, pois é através de seu engajamento efetivo que esses atores conseguem participar de uma ação global que se torna negociada e implementada».

Nesse contexto, nota-se a importância da vinculação do capital social no processo de desenvolvimento do turismo em comunidades que apresentam capacidades/vocações turísticas e, por conseguinte agentes sociais envolvidos no planejamento da atividade turística.

No entanto, a participação cívica, é um elemento fundamental na constituição do capital social, ou seja, quanto maior a integração da comunidade, maior será a capacidade de cooperação entre os agentes sociais. Putnam (2006), em seus estudos sobre as comunidades italianas, mostra alguns resultados do sistema de participação cívica, tais como:

- Eles aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual. O oportunismo põe em risco os benefícios que ele espera obter em todas as demais transações em que está envolvido, bem como os benefícios de futuras transações (...);
- Eles promovem sólidas regras de reciprocidade. Os compatriotas que interagem em muitos contextos sociais “têm a faculdade de estabelecer sólidas regras de bom comportamento e de transmitir uns aos outros suas mútuas expectativas em múltiplos contatos estimulantes.” Tais regras são reforçadas pela “cadeia de relacionamentos

que dependem do gozo da reputação de manter promessas a acatar as regras de comportamento da comunidade”;

- Eles facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos. Os sistemas de participação cívica permitem que as boas reputações sejam difundidas e consolidadas. Como vimos, a confiança e a cooperação dependem de informações fidedignas sobre o comportamento pregresso e os atuais interesses de virtuais participantes, ao passo que a incerteza reforça os dilemas da ação coletiva. Assim, mantidas as demais condições, quanto maior for a comunicação (tanto direta quanto indireta) entre os participantes, maior será a sua confiança mútua e mais facilidade eles terão para cooperar.
- Eles corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim modelo culturalmente definido para futuras colaborações. O filtro cultural estabelece uma continuidade, na medida em que a solução informal encontrada anteriormente para os problemas da permuta acaba por estender-se ao presente, tornando-se essas limitações informais importantes fatores de continuidade no processo de mudança social a longo prazo. (Putman 2006:18)

Com isso, os sistemas de participação cívica, como as associações comunitárias, representam, portanto, uma intensa interação horizontal, constituindo-se em forma essencial de capital social. Estes sistemas promovem regras de reciprocidade, melhoram a informação sobre confiabilidade dos indivíduos criando modelos para futuras colaborações (Vasconcellos, 2002 p.33).

No Brasil, as iniciativas comunitárias organizadas ainda têm pouca ou nenhuma expressão no planejamento de políticas públicas, todavia, elas existem e precisam de (re)conhecimento. Aqui nos detemos a uma breve reflexão sobre exemplos de comunidades organizadas que em prol da coletividade conseguem realizar outro tipo de atividade econômica, diferente daquela na qual poucos ganham e muitos perdem.

5. Algumas experiências do Turismo de Base Comunitária: breves considerações

Nesse contexto, podemos citar como exemplo de um processo de desenvolvimento com base local associado ao turismo, a experiência de algumas comunidades litorâneas do Ceará, comunidades tradicionais que pensam no turismo como uma atividade complementar/ alternativa/secundária,

de caráter sustentável. O turismo aí é praticado de acordo com as necessidades, responsabilidades e interesses da comunidade local, contrapondo ao desenvolvimento do turismo de massa e dos megaempreendimentos, que modifica a autenticidade cultural da comunidade, transformando os espaços, comprometendo o meio ambiente e descaracterizando o contexto local.

Portanto, citaremos um estudo empírico realizado por Coriolano (2009), que revela outras formas de pensar o turismo com outra concepção de desenvolvimento dessa atividade, focado na comunidade local, nos agentes sociais, na valorização da cultura, na preservação do meio ambiente, no fomento da economia tradicional e a valorização do lugar em sua singularidade e, em sua totalidade.

O processo de gestão e planejamento do turismo em algumas comunidades litorâneas do Ceará é liderado pela Ong Terramar. A rede de Turismo Comunitário que apresenta como sinônimo o turismo com base local – Tucum é composta de 12 experiências de turismo comunitário nas comunidades do Litoral Leste; de Batoque em Aquiraz, de Prainha do Canto Verde e Parajuru em Beberibe e Tremembé/São José e Buriti em Itapipoca; e no litoral oeste em Balbino de Cascavel, em Flecheiras e Guajiru de Trairi, em Caetanos de Cima em Amontada, e em Tatajuba de Camocim, Cural velho em Acaraú, Jenipapo-Kanindé de Aquiraz, Assentamento Coqueirinho em Fortim, Ponta Grossa de Icapuí, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Fortaleza) e Conjunto Palmeiras em Fortaleza. A rede de Turismo Comunitário tem a função de fomentar na região um turismo que seja de acordo com as decisões que a própria população aceite e regimento, na maioria das vezes para se atingir o bem comum e a manutenção da localidade para as futuras gerações.

Nesse contexto, podemos compreender que uma comunidade em fase de estruturação do fomento do turismo, percebe que a capacidade de interação entre os agentes sociais pode ser um fator favorável ao alcance de seus objetivos, o que é um ponto de partida para o processo de desenvolvimento local, que é algo bem mais complexo.

Dentre as comunidades citadas por Coriolano que estão contempladas no projeto Terramar, a Prainha do Canto Verde localizada no município de Beberibe, distante a 30 km da sede municipal e a 126 km de Fortaleza, é o exemplo de desenvolvimento de comunidade local que iremos abordar nesse artigo relacionando ao turismo.

A Prainha do Canto Verde ficou conhecida não apenas pela beleza de suas praias e expressividade de suas festas, mas especialmente pelo turismo que promove, liderando um conjunto de comunidades que pensam o turismo de base local ou comunitário, voltado para o interesse dos residentes. Sua base

econômica é voltada para a agricultura e a pesca, comércio e serviços.

A localidade vem construindo uma história de 30 anos em defesa da terra, das condições de vida dos pescadores e da conquista e dos direitos humanos. A história de resistência, coragem e conquistas desta comunidade serve de referência a luta em defesa de uma sociedade mais justa e tem levado muitos estudiosos a analisarem o processo de desenvolvimento deste grupo enfrentando os agentes imobiliários, o poder econômico, com prática política em defesa de seus direitos.

A prainha do canto verde conta com a Associação dos Moradores os quais criaram através da parceria com o SEBRAE – CE a Cooperativa de Artesanato e Turismo – Coopecantur, nela há um Fundo social que faz girar a economia da região para o turismo. Conta com 4 pousadas e recebe por ano cerca de mil turistas, os visitantes podem contar ainda com auxílio de guias locais que os levam para trilhas e passeios, tanto a pé, quanto feito por bugueiros locais, que mostram as belezas e paisagens da prainha, sempre contando a história de resistência local e a importância da organização comunitária (www.prainhadocantoverdo.org).

O referido Fundo social, separa de 15% a 20% do arrecadado para investimento em projetos da comunidade, como ampliação das acomodações, compra de material, manutenção da escola, produtos para os pescadores, capacitação dos professores entre outras demandas (www.prainhadocantoverdo.org).

O turismo na Prainha é levado como alternativa e de auxílio na produção da renda local, a principal fonte de sustentação dessa população ainda é o pescado. A comunidade se caracteriza como comunidade tradicional e tornou-se em 2009 uma reserva extrativista, por esse motivo os moradores possuem apenas o uso da terra e não o direito de compra e venda.

Para Coriolano (2009:147):

«Na proposta de turismo comunitário, a comunidade é envolvida no projeto desde sua concepção até a distribuição mais igualitária dos lucros obtidos. Envolve a participação do nativo na tentativa de construção de estratégias condizentes com a realidade e a vocação do lugar, através de pequenas pousadas, pequenos restaurantes e algumas casas de aluguel. Esse tipo de turismo atende a demanda específica: grupos de pesquisadores, de famílias simples e turistas europeus que tiveram conhecimento do segmento e desejam experimentar o diferencial que o mesmo proporciona. O meio ambiente é entendido como parte da comunidade e de seus integrantes, contrariando o hábito da maioria das atividades humanas, onde o domínio sobre a natureza faz esquecer o homem como parte dela.»

Dessa forma, para Diegues (2001 *apud* Coriolo, 2009: 185), a prainha do Canto Verde enquadra-se no conceito de comunidade tradicional, porque seus moradores possuem dependência e relativa simbiose com a natureza e a partir dela constroem seu modo de vida; consideram o território como o espaço onde o grupo se reproduz economicamente e socialmente; moram nesse território por várias gerações, mesmo que alguns membros tenham se deslocado para outros centros urbanos; possuem reduzida acumulação de capital; realizam atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria possa estar mais ou menos desenvolvida assim como relações de mercado; dão importância à família, as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, dentre outras constatações.

A luta da comunidade Prainha do Canto Verde realiza-se na forma de associações, conselhos e instituições que se reúnem para tratar questões locais, como educação, saúde, trabalho, além das questões da pesca, turismo e artesanato. Para isso, promovem seminários, assembleias e encontros sobre temas diversos e polêmicos, para repensá-los e definirem estratégias e compartilhar experiências entre comunidades. Com isso, é necessária uma grande parcela de confiança e reciprocidade entre os agentes envolvidos.

Estas considerações sustentam, portanto, o que Coriolano (2009), relata sobre a atual realidade da Prainha do Canto verde: A base do êxito da comunidade de Canto Verde está, sobretudo, no seu capital social que é composto de pessoas determinadas, conscientes, que partilham conhecimentos e valores, que praticam a cooperação no dia-a-dia tornando-se solidárias, que aprenderam a confiar umas nas outras, e a promoverem o saber e o fazer de forma cooperativa.

Embora tenha-se diversas facilidades e crescimento coletivo em torno das atividades comunitárias, é importante ressaltar a dificuldade em se manter uma sociedade unida e que busque sempre o bem comum. A prainha do canto verde é um exemplo de luta e resistência, todavia não se constitui apenas a partir de ações de sucesso. Há também muitas dificuldades, como a divulgação, comunicação, a criação de um produto turístico que realmente tenha competitividade nesse ramo de turismo alternativo e de se conseguir apoio e sustentação das atividades desenvolvidas.

O Canto Verde, é uma das comunidades que realiza o turismo de acordo com a necessidade local, sem agressão ao meio ambiente, porém sofre represália de grupos imobiliários e a falta de incentivo do governo, além das dificuldades internas, como divisão de grupos internos na associação entre outras dificuldades.

6. Considerações Finais

Na contemporaneidade o turismo tem passado por um constante e significativo processo de transição, deixando de ser considerado apenas como uma atividade do terceiro setor, para ser reconhecido como um fenômeno cultural, econômico, político e social. É de fundamental importância compreender o turismo, com o objetivo de que se possa melhor valorizá-lo, direcioná-lo e implementá-lo como uma atividade de caráter socioeconômica e cultural com vista à minimização dos seus impactos negativos e otimização de relações e resultados positivos.

Para compreender a complexidade e a abrangência do turismo, é preciso um embasamento teórico que permita a construção de um novo olhar para o turismo, desmistificando alguns discursos que se referem ao turismo apenas como indústria, admitindo-se uma postura teórica que permita a valorização do enfoque fenomenológico no qual está inserido.

Observa-se que a constituição e valorização do capital social configura-se como um componente relevante na busca pelo desenvolvimento local sustentável, de modo que seus princípios e valores estimulam os laços sociais estabelecidos a partir de normas baseadas na confiança, reciprocidade e cooperação.

Dessa maneira, pensando o turismo com a prerrogativa do capital social, tem-se a possibilidade de uma atividade contra a corrente hegemônica, que age de forma perversa e desigual. Tem, assim, a capacidade de a população organizada pensar a atividade que deseja para si, não se submetendo aos desígnios de capital exógeno.

Cabe aqui ressaltarmos, que a política de implementação, planejamento e gestão da atividade turística necessita da participação cívica, não através de um discurso vazio de sentido e de ação, mas, que a população local decida e seja agente ativo no contexto sociopolítico e na economia, envolvida pela participação, com vistas ao desenvolvimento local.

Na promoção do turismo de base local, o qual envolve a comunidade, observamos a possibilidade de um outro tipo de turismo, que vai para além do turismo de massas, isto é, o turismo depreciador de culturas, meio-ambiente, comunidades. É imperativo para uma proposta de mudança que o turismo seja calçado na dimensão social, que busque não apenas o crescimento econômico, mas o desenvolvimento e a ampliação das liberdades das sociedades, como Amartya Sen (2000) afirma, ou seja, que o indivíduo seja capaz de ser o que desejar, no sentido de poder escolher o seu destino, de ter a liberdade de opinião sobre sua região, vida e comunidade.

Para tal, no caso brasileiro, é preciso a organização pública, através dos sindicatos, associações, cooperativas, etc., estimulando a participação política, o ativismo nas questões que envolvam a coletividade. Toda essa mudança precisa ser buscada, compartilhada e que o Estado seja um fomentador destas organizações, pois dessa maneira teremos, conforme analisado, uma sociedade menos injusta e menos desigual.

Destaca-se também que a constituição ampla do capital social tem relação direta com a criação/implementação de políticas de desenvolvimento, inviabilizando personificações das ações públicas e/ou cooptação das ações e movimentos de base por parte do Estado, dando maior importância às capacidades de autogestão das organizações sociais.

Dessa forma, acredita-se que a organização social precisa se interligar as ações do Estado, de modo que ambos interajam buscando o bem estar social, onde as relações sejam de igual relevância, e em conjunto, população e Governo, realizem um trabalho mútuo, com relações horizontalizadas e que tenham o bem comum como prerrogativa para as ações, visando o estabelecimento de normas e benefícios para a totalidade da sociedade. Portanto, na medida em que as comunidades sustentarem normas de confiança e reciprocidade, e o Estado se constitua num agente incentivador desse processo, o desenvolvimento da atividade turística, provavelmente, apresentará condições favoráveis ao desenvolvimento local e regional.

Bibliografia

Aguiar, Geraldo M. de.
2007 "Turismo, desenvolvimento local e integração regional", *En: SEABRA, Geovani (Org). Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional*. Editora Universitária;
Azevedo, Francisco Fransualdo de.
2008 "Desenvolvimento Local e Capital Social: uma abordagem teórica". Aracaju: Revista Geonordeste, Ano XIX, nº1:87-105;
Castells, Manuel.
2000 "A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura", vol. 3, São Paulo: Paz e terra;
Coleman, James,
1990 "Fundações da teoria social". The Belknap of Harvard University Press: Inglaterra;
Coriolano, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão
2007 "O turismo e a Relação Sociedade – Natureza: realidades, conflitos e resistências". Fortaleza: EdUECE.

Coriolano, Luzia Neide M.T.
2009 "Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança"/ Ana Maria Matos de Araújo, Fábio Perdigão Vasconcelos(...)-Fortaleza:EdUECE.
Cruz, Rita de Cássia.
2009 "Turismo, produção do Espaço e desenvolvimento desigual para pensar a realidade brasileira". en: Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, organizadores. – Rio de Janeiro:Letra e Imagem.
D'araujo, Maria Celina.
2003 "Capital Social". Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
Dencker, A. de F. M.
2007 "Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e Técnicas". 9. ed. São Paulo: Futura.
Gil, Antonio Carlos.
2007 "Métodos e técnicas de pesquisa social". 5. ed. São Paulo: Atlas.
Harvey, David.
1992 "A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX." Condição Pós-Moderna. 8.ed. São Paulo: Loyola.
Higgins, Silvio Salej.
2005 " Fundamentos Teóricos do Capital Social". Chapecó: Argos.
Nogueira, Maria Alice; CATANI A. M. (Org's).
2011 " Pierre Bourdieu: Escritos de Educação". 12 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.
Putnam, Robert D.
2005 " Comunidade e democracia: a experiência da Italia moderna" . Fundação Getúlio Vargas. Rio de janeiro.
Rodrigues, Adyr B. (org).
2000 "Turismo Desenvolvimento Local". São Paulo: Hucitec.
Ruchman, Doris.
2002 "Turismo e Planejamento Sustentável. Papyrus Editora: Campinas – SP, 2002.
Seabra, Giovanni. (org).
2007 "Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional". João Pessoa-PB: Editora Universitária.
Sen, Amartya Kumar
2000 "Desenvolvimento como liberdade".São Paulo: Companhia das Letras.
Vasconcellos, Carla P.
2002 "Governos Municipais: Desempenho Institucional e Capital Social". Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/PROPUR. Porto Alegre: UFRGS.

Recibido: 21/08/2012
Reenviado: 31/10/2013
Aceptado: 07/11/2013
Sometido a evaluación por pares anónimos